



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 5, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2015.

Ofício nº 48 de 2016, na origem

DOCUMENTOS:

- OFÍCIO Nº 48 DE 2016
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2º SEMESTRE 2015.
- OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTUAÇÃO DA CMO (Nº 10/2016/CMO).



Ofício nº 048/2016/PRESI-APO

Rio de Janeiro, 14 de março de 2016

A Sua Excelência a Senadora

ROSE DE FREITAS

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso Nacional

Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)

Ala – Sala 08 – Térreo

70.160-900 – Brasília, DF

Assunto: Relatório de Atividades 2º Semestre 2015

Excelentíssima Senadora,

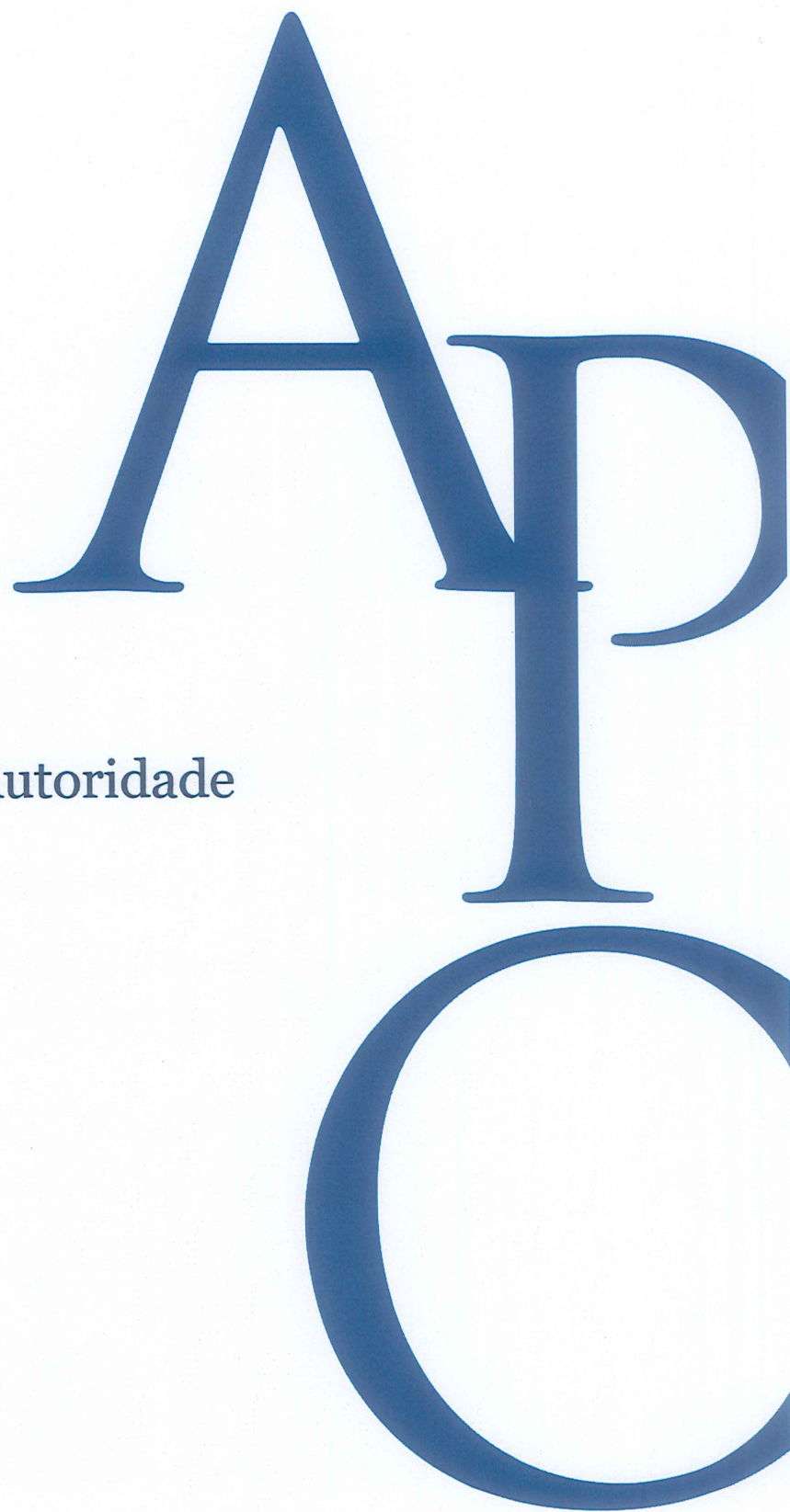
1. Cumprimentando-a, encaminho o Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO no segundo semestre de 2015, para apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
2. Aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



MARCELO PEDROSO
Presidente Substituto

[Cód: 050.1]



Relatório
de Atividades da Autoridade
Pública Olímpica

Segundo Semestre de 2015



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA



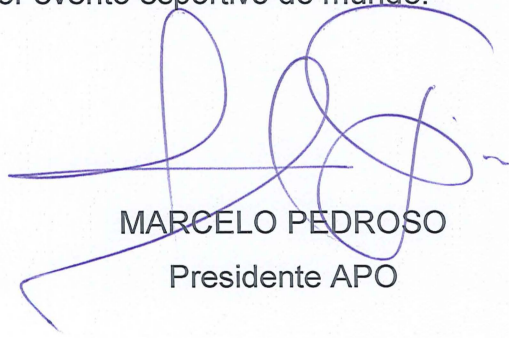
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A agenda da Autoridade Pública Olímpica (APO) no segundo semestre de 2015 foi intensa. Os avanços observados na primeira metade do ano na preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 se consolidaram nos seis meses seguintes em importantes conquistas.

Os eventos-teste mostraram que o foco dos trabalhos passou do planejamento para a operação e que os esforços empreendidos por todos os envolvidos na organização do evento estão no caminho certo. Instalações esportivas começaram a ser entregues para o Comitê Rio 2016, confirmando o compromisso dos governos com um cronograma previamente estabelecido para atender às demandas de testes das arenas e dos serviços oferecidos durante as competições.

A APO acompanhou e registrou em seu sistema de informações a evolução dos processos. Essas informações subsidiam tomadas de decisões estratégicas e contribuem para a memória da gestão da preparação do evento. Com a divulgação da terceira atualização da Matriz de Responsabilidades, peça orçamentária que aponta os responsáveis pelos projetos voltados exclusivamente para os Jogos, a APO colaborou para a transparência da aplicação dos recursos públicos investidos pelo país para receber as Olimpíadas.

Toda a experiência adquirida até aqui mostra que o país está maduro para entrar em 2016 com as bases sólidas necessárias para sediar os Jogos, criadas por uma equipe dedicada e integrada com os principais envolvidos no processo. E assim, mais uma vez, a APO cumpre a sua missão de unir esforços na construção da imagem de um país capaz de planejar e entregar o maior evento esportivo do mundo.


MARCELO PEDROSO
Presidente APO





ÍNDICE

1- Atividades Institucionais	4
A- Organograma	5
B- Conselho Público Olímpico	6
C- Conselho de Governança	6
D- Conselho Fiscal	6
E- Presidência	7
F- Diretoria Executiva	9
G- Diretoria de Integração	11
H- Temas acompanhados	13
I – Divulgação institucional	33
2- Demonstrativo da Execução Orçamentária	37
3- Instrumentos de monitoramento e controle	41
4- Considerações finais	43





1

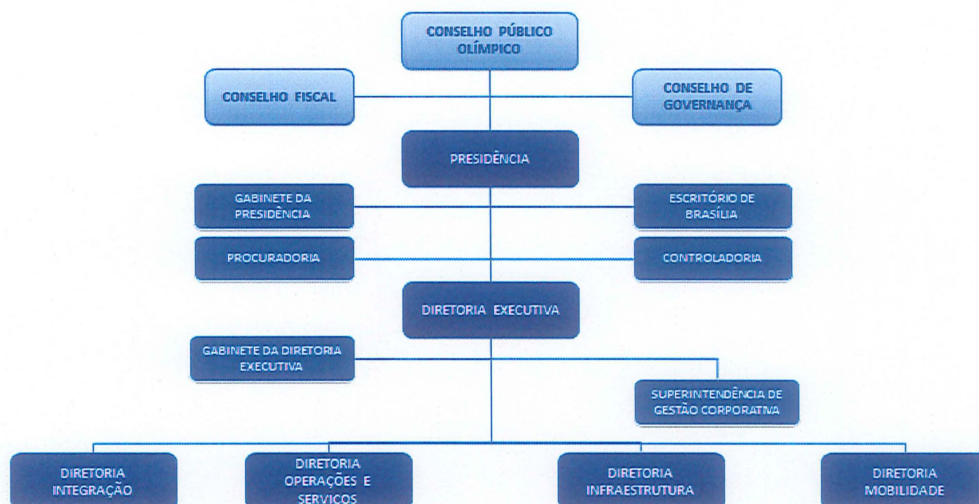
ATIVIDADES INSTITUCIONAIS





A. Organograma

Organograma vigente em 2015 – foco no monitoramento de obras



Proposta de organograma – foco na operação



Em agosto de 2015 a APO começou a desenvolver estudos para implementar nova estrutura que atendesse à fase seguinte de operação dos Jogos. O estatuto com a nova estrutura, demonstrada no gráfico acima, foi apresentado e aprovado em reunião do Conselho Público Olímpico, realizada em 22 de dezembro, para implementação a partir de 1º de janeiro de 2016.





B. Conselho Público Olímpico

Foram realizadas, entre julho e dezembro de 2015, quatro reuniões do Conselho Público Olímpico, que trataram, dentre outros, dos seguintes temas:

- Aprovação do orçamento de 2016, já apreciado pelo Conselho de Governança; aprovação da atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; deliberação sobre os recursos e pedidos de reexame encaminhados ao TCU; aprovação das alterações propostas para o estatuto, atendendo a nova fase da organização focada na operação dos Jogos.

C. Conselho de Governança

Foram realizadas, entre julho e dezembro de 2015, duas reuniões do Conselho de Governança, que trataram, dentre outros, dos seguintes temas:

- Aprovação da proposta de orçamento para o exercício de 2016, já apreciada pelo Conselho Fiscal; manifestação sobre proposta de alteração do Estatuto da APO.

D. Conselho Fiscal

A Diretoria Executiva é responsável pelo acompanhamento das reuniões do Conselho Fiscal, que acontecem no fim de cada mês, das quais participam: o Diretor Executivo, o responsável pela Superintendência de Gestão Corporativa, órgão subordinado à Diretoria Executiva, o responsável pela Contabilidade da APO, subordinada à SGC, e o responsável pela Controladoria Geral. Nas pautas das reuniões realizadas entre julho e dezembro de 2015, estavam os seguintes assuntos: exame das atas e resoluções, resultantes das reuniões de Diretoria Executiva e Diretoria Colegiada; análise dos processos de contratação, especialmente os realizados sem licitação (arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93); análise dos demonstrativos contábeis e financeiros de cada mês; atualização sobre solicitações e atendimento aos órgãos de controle como Tribunal de Contas da União, CGU e outros; atualização sobre proposta de orçamento para a APO; apreciação do contrato de rateio; apresentação do regimento interno; acompanhar a execução do PAINT (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna); atualização da Matriz de Responsabilidades; apresentação sobre a metodologia de elaboração dos relatórios de risco; apresentação sobre a implantação e a funcionalidade do SCDP



(Sistema de Concessão de Diárias e Passagens); entrega das certidões atualizadas: Dívida Ativa da União, INSS, Certificado de Regularidade junto ao FGTS, adimplência no Cadastro de Créditos não quitados do poder público (CADIN).

E. Presidência

A Presidência da Autoridade Pública Olímpica é responsável pela gestão das cinco Diretorias, da Controladoria Geral, que inclui a Auditoria, da Procuradoria Geral, da Assessoria de Comunicação e do escritório de Brasília, onde atuam assessores para funções específicas junto aos organismos do Governo Federal e representações internacionais. Dessa forma, atua na gestão da instituição por meio de orientações que são repassadas ao Diretor Executivo e às diretorias, coordenando as reuniões da Diretoria Colegiada, composta pelo Diretor Executivo e demais diretores, com participação, eventualmente, da Superintendência de Gestão Corporativa, da Controladoria, da Procuradoria Geral e da Assessoria de Comunicação. Além disso, também preside as reuniões do Conselho de Governança, composto por representantes do Governo Federal (Casa Civil da Presidência, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda), do Governo Estadual (Superintendência de Desportos da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude do Estado do Rio de Janeiro), do Governo Municipal (Empresa Olímpica Municipal), do Comitê Rio 2016 e da Sociedade Civil. A Presidência da APO também acompanha as reuniões do Conselho Público Olímpico, prestando o apoio necessário para as deliberações do fórum.

A agenda de atividades da Presidência é focada nas interações com os organismos envolvidos na preparação e organização dos Jogos, atuando estrategicamente na busca de soluções para que sejam cumpridos os compromissos de candidatura.

O Gabinete da Presidência atua no atendimento às demandas de agendamento, de tramitação de documentos, nas respostas aos requerimentos de informações e questionamentos dirigidos à Presidência, no encaminhamento de requerimentos dirigidos às demais diretorias, na estruturação dos documentos e arquivos e na organização e assessoramento das reuniões que são presididas e/ou acompanhadas pelo Presidente. Além disso, coordena uma reunião semanal para alinhamento das agendas do Presidente e demais diretores, visando maximizar os resultados das ações.





Reuniões Oficiais realizadas com os representantes do COI e do IPC no segundo semestre de 2015:

EVENTO		DATA	
Classificação	Tipo	Início	Término
7 Project Review - IPC	Project Review	05/05	06/05
11 Project Review - COI	Project Review	20/05	21/05
23 VDOR	Venue Development Operations Review	15/06	19/06
Expert Energy Review	Energy review	27/07 16/11	28/07 17/11
Project Review -COI	Project Review	05/08	07/08
9 Cocom	Coordination Commission (CoCom) – COI	10/08	12/08
Expert Energy Review	Energy Review	26/10	28/10
8 Project Review - IPC	Project Review	28/10	29/10
12 Project Review - COI	Project Review	24/11	25/11





- Reuniões de Diretoria Colegiada:

Foram realizadas, entre julho e dezembro de 2015, dez reuniões de Diretoria Colegiada, que trataram dentre outros, dos seguintes temas:

- Aprovação da proposta do regimento interno da APO; aprovação do Orçamento 2016; deliberação sobre recursos a serem encaminhados ao TCU; análise da proposta de atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; deliberação sobre relatórios de situações críticas; deliberação sobre a mudança das unidades da APO do prédio do Banco do Brasil para o edifício da Caixa Econômica Federal; deliberação sobre ajustes em obras de distribuição de energia para os Jogos Rio 2016, para atendimento dos requisitos do Comitê Olímpico Internacional – COI; deliberação sobre as providências a serem adotadas para cumprimento da determinação contida nos Decretos Federais 8.540 e 8.541, de outubro de 2015, que discorrem sobre a redução de gastos na Administração Pública Federal.

F. Diretoria Executiva

No segundo semestre de 2015, a Diretoria Executiva realizou ações para a implementação do planejamento estratégico da APO. Em 2014, foram elaborados o mapa estratégico, a cadeia de valor e o painel de indicadores de gestão. No segundo semestre de 2015, a partir da maturidade dos instrumentos anteriormente citados, deu-se início a elaboração do plano operacional e à concepção dos respectivos indicadores operacionais.

Com o avançado estágio de conclusão das obras de infraestrutura para os Jogos Rio 2016, percebeu-se a necessidade de acompanhar a implantação efetiva dos serviços nos equipamentos concluídos e a operação dos Jogos nas regiões olímpicas (*clusters*). Desta maneira, foi iniciado o estudo para alteração na estrutura organizacional da APO com foco na operação.

Pela proposta, o novo desenho das diretorias é o seguinte:

1. Diretoria de Integração
2. Diretoria de Serviços
3. Diretoria da Região Maracanã e Deodoro
4. Diretoria da Região Copacabana e Barra





Foram realizadas, entre julho e dezembro de 2015, 15 (quinze) reuniões de Diretoria Executiva, sendo 13 (treze) ordinárias e 2 (duas) extraordinárias, onde foram discutidas, principalmente, questões relacionadas com as seguintes temáticas:

- deliberação do Conselho Público Olímpico (CPO) com relação ao Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas (PAAIPP);
- apresentação do Plano de Contingência;
- relatórios de riscos e outras análises referentes a projetos para os Jogos;
- proposta de atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos;
- aprovação do Manual de Normas para capacitação de servidores da APO;
- alinhamentos para os eventos testes;
- conhecimento e providências do Parecer 467 de 2014 – Congresso Nacional (CN), da Comissão de Meio Ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e Controle, sobre o ofício 124/2013/Presi-APO, de 25 de setembro de 2015;
- Apresentação e aprovação de NORCIC (Normas de Segurança da Informação e Comunicações), de planos operacionais de segurança da informação e da revisão do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação);
- Plano de Capacitação em SIC (Segurança da Informação e Comunicações);
- Alinhamentos das diretorias para a nova estrutura da APO;
- Aspectos do convênio do Ministério do Esporte;
- Propostas de revisão do Estatuto;
- Alinhamentos sobre a metodologia para acompanhamento de obras e serviços e sobre as funcionalidades do Sistema APO;
- alinhamentos para respostas aos órgãos de controle;
- medidas a serem adotadas em decorrência dos decretos federais 8.540 e 8.541 de 2015;
- Aprovação da revisão do Manual de Gestão Arquivística de documentos;
- Revisão de indicadores;





G. Diretoria de Integração

A Diretoria de Integração trabalhou na orientação às unidades finalísticas para reordenamento dos temas no Sistema, em lógica mais conveniente ao acompanhamento dos projetos desenvolvidos no período, refletindo o avançar dos planejamentos operacionais. Destaque-se a importância de constante alinhamento metodológico do efetivo nesse contexto de necessárias alterações de comportamento e dos instrumentais frente aos novos desafios organizacionais. A Diretoria se incumbiu de ações de capacitação e de conformidade que visam a manter as unidades com atuação finalística na mesma cadência, alinhadas por conceitos e procedimentos comuns, com atenção aos processos e à integração dos conteúdos. Nesse ínterim, há de se ressaltar a realização, em setembro de 2015, do 5º Workshop do Sistema de Acompanhamento, edição que se constituiu em etapa de planejamento e mobilização para o momento de mudança vivenciado pela Autarquia, com foco na avaliação e alinhamento dos processos de trabalho com a nova estruturação da APO.

O fluxo de informações, interna e externamente, tem sido alterado, fruto da evolução dos processos internos de trabalho e, também, dos projetos em execução para os Jogos. As obras estão em vias de finalização, ao passo que os serviços avançam em articulações e etapas de planejamento operacional. Novas frentes de coleta de informação junto aos entes consorciados foram estruturadas. A diretoria continuou a apoiar a participação da APO em fóruns estratégicos da governança, relevantes como espaço para articulações e fontes de informações técnicas.

Produtos, análises e relatórios de interesse das articulações e intermediações da APO junto à governança precisaram ser adaptados aos novos tipos de informação coletadas, sejam estatísticas ou outras análises setoriais.

Em relação à disponibilização de informações finalísticas no site da APO na Internet com o objetivo de atender a legislação e as recomendações dos órgãos de controle, a Diretoria de Integração consolida informações das unidades finalísticas para repasse à Assessoria de Comunicação, responsável pelo gerenciamento de conteúdo do site da Instituição.





O Sistema APO vem recebendo novas funcionalidades e níveis de integração, dispondo de recursos que permitem à autarquia sintetizar informações gerenciais estratégicas, destinadas ao assessoramento tempestivo e oportuno dos gestores. Seu principal módulo, o “Sistema de Acompanhamento de Obras e Serviços”, teve suas funcionalidades e conteúdos incrementados, agilizando o fluxo de informações e agregando valor ao processo de difusão e transferência de conhecimento. Investiu-se, por exemplo, na estruturação de processos de emissão de alertas sobre alterações e atualizações de informações aos usuários. Destaque-se, também, a criação de ferramenta de busca de conteúdos na plataforma e a constituição de funcionalidades que integram conteúdos entre módulos do Sistema APO.

No período, houve a consolidação do módulo designado “SIOP – Sistema de Integração Operacional”, com o incremento de funcionalidades que refletem o amadurecimento dessa metodologia. Seu principal objetivo é permitir o acompanhamento estratégico dos planejamentos operacionais, identificando e organizando informações de interfaces críticas (de obras ou serviços) para a realização dos eventos-teste e dos Jogos. Em seu bojo e pelo trabalho integrado das áreas técnicas da APO, são estruturados subsídios importantes para as análises de riscos dos empreendimentos em execução, com vistas a fornecer conhecimento técnico adequado às articulações estratégicas de que se ocupa a Instituição junto à governança dos Jogos. Ações de capacitação e alinhamento metodológico com foco no SIOP foram incorporados à rotina da Diretoria, com o acompanhamento constante dos processos executados pelas equipes e dos resultados alcançados.

O uso do SIOP no acompanhamento dos eventos-teste realizados do período foi capaz de robustecer sua capacidade de processamento de dados, além de ter possibilitado a sistematização de informações e lições relevantes para as etapas subsequentes de preparação, com a estruturação de relatórios gerenciais sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, elaborado e aprovado no ano de 2014, foi revisado no final do ano de 2015 pela Diretoria Executiva, tal como previsto. Em função do curto tempo de existência da entidade, as ações de estruturação dos recursos computacionais, de contratação de serviços, de desenvolvimento dos sistemas e de montagem da equipe de Tecnologia da Informação foram planejados para ocorrerem,



precipuamente, no primeiro ano de execução do planejamento (2014-2015), ficando o segundo período para consolidação do parque computacional, evolução das aplicações desenvolvidas e suporte técnico às áreas da APO, tanto as responsáveis pelas atividades finalísticas quanto as do segmento administrativo.

Em outubro de 2015, completou-se o panorama de normas de segurança da informação e comunicações (NORSICs), somando à norma interna para uso de computador portátil e modem outras normas internas editadas pela Diretoria Colegiada, disciplinando o uso de desktops, do e-mail funcional, de Internet, de acesso à rede e para controle de perfis. Foram formalizados, ainda, os Planos de Gerenciamento de Incidentes, Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres.

H. Temas acompanhados

No segundo semestre de 2015, os temas acompanhados pela APO por suas diretorias foram:

- Zona Barra da Tijuca

As obras de instalações esportivas estão sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro (PCRJ), sendo conduzidas pela Empresa Municipal de Urbanização (RioUrbe). A APO realizou periodicamente visitas em campo e reuniões técnicas, e acompanhou as apresentações semanais do Ministério do Esporte para a Casa Civil da Presidência da República para atualização sobre o estágio de cada obra e principais pendências a serem solucionadas por meio da integração de diversos entes.

Através destas atividades, a APO observou os seguintes estágios:

As Arenas Cariocas 1, 2 e 3 (COT Hall 1, 2 e 3) tiveram a sua conclusão reprogramada para o primeiro trimestre de 2016. Os serviços de instalação do ar condicionado foram concentrados na Arena 1, garantindo a realização do evento-teste de basquete.

A Arena do Futuro (COT Hall 4 - Handebol) foi concluída em 23 de novembro de 2015.





O Parque Aquático Maria Lenk teve as obras de modernização iniciadas em abril de 2015. Todos os projetos executivos estão sendo desenvolvidos pela empresa construtora, concomitante à obra, a partir dos projetos básicos licitados, desenvolvidos diretamente pela equipe técnica da RioUrbe.

O Centro Olímpico de Esportes Aquáticos tem previsão de término de obra para o primeiro trimestre de 2016, após ajustes.

A responsabilidade do Campo Olímpico de Golfe foi transferida pela Prefeitura para a Confederação Brasileira de Golfe. A obra encontra-se no tempo previsto com a respectiva manutenção do crescimento e enraizamento da grama do campo e no acabamento final do Club House.

O plano de recuperação da obra do Velódromo pela construtora responsável pela instalação apresentou melhora no ritmo da obra no último semestre, especificamente a partir de novembro, com foco da construtora no término da instalação das máquinas e dutos do ar condicionado. O objetivo é dar condições para a montagem da pista de madeira no início de 2016. Já foram concluídos os serviços da cobertura e estão em curso os de alvenaria.

A APO tem encaminhado aos vários fóruns de governança, a preocupação com o atraso das obras e a necessidade de cumprimento dos marcos da construção para permitir o cumprimento de prazos de preparação do evento-teste.

Em relação ao Centro Olímpico de Tênis, a APO acompanhou o evento-teste realizado em dezembro de 2015. Naquela data, a instalação apresentava 76% de execução.

- Zona Deodoro

No Complexo Esportivo de Deodoro serão realizadas as competições olímpicas de Canoagem Slalom, Ciclismo BMX, Ciclismo Mountain Bike, Tiro Esportivo, Hipismo (três modalidades: Concurso Completo, Adestramento e Salto), Hóquei Sobre Grama, Pentatlo Moderno, Rugby, Basquete (fase preliminar/feminino) e Paraolímpicas de Hipismo, Esgrima, Tiro e Futebol 7, perfazendo um total de 11 modalidades olímpicas e 4 paraolímpicas.

Para a realização dessas competições estão sendo construídas instalações que permanecerão como legado (Estádio Olímpico de Canoagem Slalom, Centro Olímpico de BMX, Arena da Juventude e Centro Olímpico de Hóquei Sobre Grama), instalações





temporárias (Parque Olímpico de Mountain Bike e Estádio de Deodoro), a readequação de instalações já existentes (Centro Olímpico de Tiro Esportivo, Centro Olímpico de Hipismo e o Centro Aquático de Deodoro) e a construção de instalações de apoio, como a Vila dos Tratadores, condomínio de três blocos de apartamentos, cada qual com previsão de 24 unidades, totalizando 72 apartamentos que ficarão como legado para o Exército Brasileiro.

A APO acompanha o andamento das obras executadas pelas empresas construtoras, atenta ao cumprimento do cronograma para garantir a realização das competições.

Já foram entregues e concluídas as obras dos Centros Olímpicos de BMX e Mountain Bike e o Estádio Olímpico de Canoagem Slalom, provisoriamente cedido à comunidade local para usufruto como área de lazer.

Os projetos referentes às obras previstas para área de Domínio Comum de Deodoro e de despoluição, limpeza e contenção de margens do Rio Marangá estão em andamento.





- Zona Copacabana

A APO acompanha os fóruns de discussões relacionadas à Arena de Copacabana, à Lagoa Rodrigo de Freitas, à Marina da Glória e ao Forte de Copacabana.

Durante o segundo semestre de 2015, foram aprofundados os encontros para integrar a execução das obras necessárias para as competições e a operação dos Jogos. Participaram os responsáveis pelas obras - Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura Municipal (por meio da concessionária responsável pela Marina da Glória) e o Comitê Rio2016, e os órgãos responsáveis pela observância dos devidos requisitos ambientais, legais e esportivos.

As intervenções no Estádio de Remo da Lagoa, onde serão realizadas as competições de Remo e Canoagem de Velocidade e que têm responsabilidade de execução dividida entre Governo do Estado e Comitê Rio2016, foram adequadamente executadas tendo em vista o escopo previsto para os eventos-teste, realizados em agosto e setembro de 2015.

Na Marina da Glória, houve um importante avanço nas obras de reforma e adaptação do local para os Jogos Olímpicos, tanto na área terrestre quanto na área molhada, ambas em fase final de execução. O evento-teste de Vela, realizado em agosto de 2015, transcorreu normalmente.

Também ganham destaque as discussões realizadas pela APO em parceria com o Comitê Rio2016, os órgãos responsáveis pela conservação ambiental, a Capitania dos Portos e a Polícia Federal para a definição do perímetro de segurança e as políticas de entrada e saída da instalação, visando à manutenção das condições de competição durante todo o período.

A Arena e o Forte de Copacabana receberam eventos-teste durante o segundo semestre de 2015. No Forte, foram realizadas as competições de triatlo, maratona aquática e ciclismo de estrada, enquanto a Arena recebeu o vôlei de praia.

Parcela significativa das estruturas utilizadas para os eventos-teste no Forte deverá ser replicada para as competições olímpicas. Um importante ponto de discussão em toda a região de Copacabana diz respeito ao plano de mobilidade durante as competições, que vem sendo liderado pela Prefeitura Municipal, por meio da Empresa Olímpica Municipal.





- Zona Maracanã

As atividades relacionadas à região do Maracanã abrangem as arenas esportivas Maracanã, Maracanãzinho, Estádio Engenhão e o Sambódromo. Os principais projetos e intervenções acompanhados foram:

Maracanã:

- Planos Operacionais para cerimônias de abertura e encerramento;
- Substituição de parte da lona da cobertura, queimada durante a partida da final da copa do Mundo 2014.

Maracanãzinho:

- Evento-teste de vôlei que ocorreu entre os dias 15 e 19/07/2015;
- Projeto e construção de estrutura provisória para 2ª quadra de aquecimento;
- Reforma do sistema elétrico;

Estádio Engenhão

- Planejamento do evento teste de Atletismo Olímpico e Paralímpico que ocorrerá entre 14 e 21/05/16;
- Obras civis de reforço da cobertura;
- Adequação do estádio para as competições de atletismo;
- Obras de adequação do entorno.

Sambódromo:

- Planejamento e acompanhamento do evento-teste de Tiro com Arco;
- Reforma do sistema elétrico.

Houve também o acompanhamento da APO no planejamento para os eventos-teste realizados nesta região, nas obras do desvio do Rio Joana e na construção de três piscinões, que visaram à solução das enchentes causadas por chuvas no entorno do Estádio do Maracanã.

Com relação ao Complexo do Maracanã, a decisão da Prefeitura do Rio e do Governo do Estado pela conservação de instalações no seu entorno (Escola Municipal Friedenreich, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare) ensejou a reavaliação do projeto para readequar as instalações esportivas.

No segundo semestre de 2015, o Governo do Estado decidiu não utilizar o Centro Aquático Júlio Delamare. A justificativa teve como base o elevado custo com a reforma da



instalação, em torno de R\$ 60 milhões, para acolher as preliminares do polo aquático. Com a decisão, a competição passou para o Parque Aquático Maria Lenk, no Parque Olímpico.

Ainda nesse período, foi decidido que a segunda quadra de aquecimento do Maracanzinho seria provisória, passando a ser construída pelo Comitê Rio 2016. Com relação ao Estádio João Havelange, a APO participou das reuniões de integração com os diversos entes e do Grupo de Trabalho Estádio João Havelange, onde os principais obstáculos foram analisados e as alternativas para solução debatidas e encaminhadas. A APO atuou promovendo reuniões entre o Comitê Rio2016 e o IPHAN para utilização do espaço do Museu do Trem durante os Jogos de 2016. O museu está localizado ao lado do estádio e os entendimentos avançaram no sentido do seu pátio ser utilizado como área de hospitalidade.

Outras ações do GT permitiram a formalização de acordos com o Governo do Estado para a reforma da estação ferroviária e para disponibilização do prédio da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), que se transferirá para Deodoro no início de 2016.

Adicionalmente, a APO monitorou o evento-teste do Tiro com Arco, no período de 15 a 22 de setembro de 2015. A competição, denominada Desafio Internacional de Tiro com Arco, aconteceu no Sambódromo e permitiu aos organizadores implantarem melhorias para os Jogos de 2016.

Instalações de Treinamento Games-Time

A disponibilização de locais para treinamento para as equipes durante os Jogos de 2016 faz parte dos compromissos assumidos. . Em sua grande maioria, as próprias instalações esportivas serão utilizadas para treinamento. No entanto, para fazer frente à demanda dos atletas, serão oferecidos outros locais que receberão investimentos do Governo Federal para o efetivo cumprimento do compromisso.

O Ministério do Esporte manteve entendimentos com o Exército, Aeronáutica, Marinha e a Universidade Federal do Rio de Janeiro e identificou os locais onde as novas instalações de treinamento serão construídas ou reformadas. Foram escolhidas três instalações na Zona de Deodoro, duas na Zona do Maracanã e uma na Barra.





Vila dos Atletas

Representantes da APO realizaram visitas periódicas ao empreendimento, mantendo reuniões com a empresa Ilha Pura. A execução das obras cumpre o seu cronograma, indicando o cumprimento dos prazos estabelecidos.

IBC e MPC

A APO acompanhou as obras civis do Parque Olímpico relativas aos prédios do complexo de mídia - International Broadcast Center (IBC) -, Main Press Center (MPC) e hotel, além do domínio comum, incluindo visitas ao canteiro de obras do Parque Olímpico.

Quanto ao MPC, a conclusão da obra está prevista para o primeiro trimestre de 2016. Estão em execução as vedações com divisórias e alvenarias, as instalações prediais, o sistema de ar condicionado, montagem de pisos elevados e acabamentos do hall de entrada. As esquadrias de alumínio das fachadas se encontram quase concluídas.

Domínio Comum

As redes de infraestrutura do Domínio Comum do Parque Olímpico da Barra estão em execução. No acompanhamento em campo e nas reuniões técnicas, a APO identificou que o progresso físico das obras apresenta um avanço de mais de 90%. As obras de infraestrutura de redes de serviços públicos seguem dentro do planejamento inicial. Os projetos para o sistema de segurança do Parque estão sob a responsabilidade dos Ministérios da Justiça e da Defesa, que assumem a segurança das instalações em julho de 2016. O cronograma de cabeamento de média tensão já foi concluído.

Energia Elétrica

Em continuidade aos trabalhos de disponibilização de infraestrutura de energia elétrica para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a APO seguiu à frente da coordenação do Grupo de Trabalho Operacional de Energia. O desenvolvimento dos trabalhos ocorreu com o objetivo de dirimir possíveis lacunas constatadas no processo de execução dos projetos frente ao planejamento efetuado das necessidades de infraestrutura de energia conforme os requisitos do COI e no planejamento da operação dos Jogos.

Destacamos os seguintes aspectos dos trabalhos do GT:





Confirmação das demandas de energia elétrica junto ao Comitê Organizador dos Jogos Rio2016 e respectivas necessidades de ajustes na infraestrutura, como vivenciado no tratamento técnico do aumento de carga, retirada de postes e enterramento de cabos de média tensão da Região de Deodoro;

Estudos de resiliência da Subestação Olímpica;

Estudos sobre a evolução do consumo de energia nos Jogos (períodos pré, durante e pós Jogos) e estabelecimento de acordos de responsabilidades pelo pagamento das contas de demanda e consumo de energia, bem como viabilidade de reserva de energia para os Jogos pela concessionária de energia local;

Geração do Plano de Operação de Energia Elétrica para os Jogos, contemplando os processos de operação, manutenção e comunicação durante os Jogos. Com esse objetivo foi feita a Consolidação dos Planos de Operação de ONS, Furnas, Light e Comitê Rio2016;

Monitoramento das obras de média tensão sob responsabilidade da concessionária local que, apesar dos ajustes de projeto necessários, encontram-se dentro do cronograma estabelecido, e estão sendo entregues à medida que as instalações elétricas internas das instalações esportivas estão sendo concluídas.

Telecomunicações

Em continuidade aos trabalhos de integração e interlocução entre os entes para disponibilização dos serviços de telecomunicação, a APO participou de reuniões no âmbito do Governo Federal (específicas) com as operadoras de telefonia e no âmbito do GEOlimpíadas para planejamento das ações para os Jogos Rio 2016, visando ao cumprimento dos compromissos assumidos.

Junto ao Governo Municipal, promoveu o esclarecimento das necessidades de infraestrutura do backbone olímpico conforme datas de entregas para que os serviços de gestão dos Jogos do Comitê Organizador possam ser prestados de acordo com as necessidades e requisitos do COI e da OBS.

No intuito de melhoria dos serviços de conectividade, participou de reuniões com os entes governamentais, com destaque para o Governo Estadual, para disponibilização dos serviços de wi-fi nos meios de transporte e trajetos que serão utilizados durante os Jogos.



Em termos de monitoramento, seguem-se os trabalhos junto à ANATEL quanto à liberação de licenças de uso de espectro de radiofrequência para os Jogos e análise da disponibilidade dos serviços de telefonia móvel nas regiões de competição.

Saneamento e Distribuição de Gás

Dando continuidade aos trabalhos de integração dos projetos e compatibilização dos cronogramas das obras de infraestrutura previstas, durante o período a APO atuou na coordenação do GT Concessionárias, promovendo a interlocução entre os entes governamentais e os representantes das diversas concessionárias de serviço público, promovendo a sincronização das obras necessárias para o atendimento das instalações olímpicas.

Com a finalização das obras, algumas instalações necessitam de ajustes nas soluções concebidas para adequar as redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gás, sendo necessária uma constante interlocução com as concessionárias. De forma continuada, foi efetuado o acompanhamento das obras de infraestrutura, principalmente nas regiões Barra e Deodoro, onde as intervenções necessárias são mais significativas.

Eventos-teste

O segundo semestre de 2015 ficou marcado pelo cumprimento do calendário de eventos-teste, totalizando dezenove (vôlei, triatlo, remo, hipismo, vela, ciclismo de estrada, maratona aquática, vôlei de praia, canoagem slalom, tiro com arco, ciclismo BMX, mountain bike, bocha, tênis de mesa, hóquei na grama, badminton, boxe e tênis). Entre estes, podemos destacar a realização de dois eventos “major” (remo e hipismo), nos quais foi possível testar um elevado número de áreas funcionais nos padrões de *games time*.

Em outubro de 2015, com a realização do evento-teste de Mountain Bike, concluiu-se a chamada “Onda 1”, caracterizada pelas modalidades a céu aberto. De forma geral, a avaliação foi positiva e os ajustes são considerados exequíveis.

Em dezembro de 2015, com a realização do evento-teste de Tênis, marcou-se a abertura do Parque Olímpico. A competição foi muito bem avaliada pelos atletas e pela mídia esportiva nacional e internacional.





Saúde

Durante o segundo semestre de 2015, a APO acompanhou o aprofundamento do processo de planejamento operacional das ações de saúde necessárias à realização dos Jogos, com destaque para os temas a seguir.

O modelo de operação dos serviços médicos planejado no primeiro semestre referente ao atendimento pré-hospitalar nos postos médicos das instalações e móvel, cujo arranjo inédito exigiu esforço da Autarquia, foi confirmado pelo Comitê Rio 2016 para os Jogos e começará a ser testado em janeiro de 2016. O Ministério da Saúde entregou as ambulâncias a serem utilizadas nos eventos-teste e a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, em parceria com o Comitê Rio 2016, finalizou o plano operacional de uso das ambulâncias.

A APO acompanhou, também, as tratativas entre os entes que envolveram transferências de responsabilidade, dentre as quais, destacamos a aquisição dos equipamentos médicos para os postos e a Policlínica, a serem adquiridos pelo Comitê Rio 2016.

Sobre a sistemática de regulação dos serviços médicos durante os Jogos, foram realizadas reuniões de negociação com as operadoras dos planos de saúde, coordenadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, com o objetivo de pactuar um fluxo de remoção aplicado aos espectadores segurados para os hospitais privados de referência.

Em relação à rede hospitalar federal, foram publicados os editais para realização das obras nas emergências dos Hospitais de Bonsucesso e do Andaraí.

Sobre Vigilância Sanitária, a APO intermediou a negociação entre os três entes para a elaboração de um documento que aponta o foco da atuação dos respectivos órgãos de vigilância sanitária, de forma a evitar lacunas e, principalmente, sobreposições e conflitos de atuação entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Superintendência de Vigilância Sanitária do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SUVISA) e a Subsecretaria de Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro (SUBVISA).

No âmbito do subgrupo Riscos Epidemiológicos, Sanitários e Ambientais e Saúde do Trabalhador, a APO empreendeu esforços na articulação com os entes e órgãos de





saúde para definir o fluxo de informação durante os Jogos Rio 2016, quando o Centro Operativo Integrado de Ações Conjuntas da Saúde (CIOCS) estará ativado.

A Instituição atuou na articulação dos órgãos de Saúde, Defesa e Segurança Pública, e também das áreas funcionais de Serviços Médicos e de Segurança do Comitê Rio 2016, para tratar de emergências decorrentes de incidentes causados por agentes QBRN.

Cultura

A APO acompanha o desenvolvimento das ações na área da cultura através da Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil (antigo GT de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil), do Grupo Operacional de Cultura (GO Cultura) e de reuniões bilaterais entre os entes envolvidos: Ministério da Cultura, Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e Comitê Rio2016.

O segundo semestre teve início com os trabalhos do GO Cultura focados no desenvolvimento da Maratona Cultural Cidade Olímpica, ocorrida nos dias 08 e 09 de agosto. A Maratona compreendeu a coordenação de um calendário unificado de programação cultural, envolvendo os diferentes equipamentos culturais da cidade, públicos e privados, e foi considerada como um evento-teste para a operação das atividades culturais em 2016. Ao longo do semestre, as reuniões do GO, que passou a ser coordenado pelo Ministério da Cultura, tiveram como pauta principal o nivelamento do planejamento das ações dos entes.

No âmbito do Grupo de Trabalho de Cultura, Turismo & Imagem do Brasil, sob coordenação do Ministério da Cultura e com participação do Ministério do Turismo, do Ministério do Esporte, do Ministério das Relações Exteriores, da Embratur, da Apex Brasil e da APO, foi desenvolvida e apresentada a campanha de promoção do Brasil no exterior e elaborado o projeto de instalação da “Casa Brasil” na cidade do Rio durante os Jogos.





Turismo

A atuação da APO na área de Turismo envolve o acompanhamento das ações de promoção turística, de requalificação e acessibilidade de pontos turísticos, do desenvolvimento dos programas do Look da Cidade e de Experiência do Espectador e do planejamento e estruturação para hospedagem dos turistas e a acomodação da família olímpica.

A APO manteve participação no GO Turismo, principal fórum de articulação na área de turismo vinculado à Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil do GEOlimpíadas. O grupo manteve agenda de reuniões mensais, em que monitora, avalia e atualiza dados referentes a projetos e ações de diferentes áreas que afetam a jornada do turista e do espectador, como sinalização turística, informação turística, hospedagem, conectividade, acessibilidade, capacitação para serviços, entretenimento, segurança, transporte e promoção turística. O GO realizou outras reuniões sobre temas específicos, como cidades do futebol, revezamento da tocha, cidades do entorno do Rio de Janeiro e acompanhou os desdobramentos das reuniões temáticas do primeiro semestre (acessibilidade, acomodação e capacitação). Uma consequência da atuação desse grupo foi a realização de acordos entre o Ministério do Turismo e a Riotur para capacitação de quiosqueiros, barraqueiros e empresas de ecoturismo e gastronomia. Através da demanda apresentada pelo grupo, está sendo articulada também a instalação de diversas zonas wi-fi nos pontos turísticos da cidade.

No âmbito da promoção turística, o Ministério do Turismo lançou em outubro o “Ano Olímpico do Turismo” com as cidades que participarão do roteiro do revezamento da tocha. No âmbito do GT Cultura, Turismo & Imagem do Brasil, foi desenvolvida uma estratégia articulada de promoção da marca Brasil no mundo, potencializada pela Agenda Olímpica. Também foi aprovada a instalação de uma “Casa Brasil” sob responsabilidade do Ministério do Turismo e da APEX na cidade do Rio de Janeiro durante o período dos Jogos Olímpicos.

Em relação à acomodação da família olímpica, a APO tem acompanhado as obras, o licenciamento e o início da operação dos hotéis que estão sendo construídos ou reformados, de modo a articular os diversos entes para sensibilizar os órgãos e concessionárias da importância dos empreendimentos para o cumprimento da garantia olímpica. Essa ação de acompanhamento se torna fundamental considerando a





prorrogação do prazo legal para entrega dos empreendimentos com benefícios previstos na Lei Municipal 5.230 de 25 de novembro de 2010, de dezembro de 2015 para maio de 2016.

Eventos

O trabalho da APO nesse período voltou-se ao apoio à identificação e ao planejamento de ações de parcerias, através de reuniões com o Comitê Rio 2016 e com diferentes órgãos governamentais, que possam garantir a realização dos eventos relacionados aos Jogos.

No tocante aos Live Sites, foi assinado o termo entre o Comitê Rio 2016 e a Prefeitura que autoriza a municipalidade a realizar os Live Sites Parque Madureira, Campo Grande (Parque Miécimo da Silva) e Região do Porto (chamado de Boulevard Olímpico). O Comitê ficará responsável por dois Live Sites: Parque Olímpico da Barra e Complexo Olímpico de Deodoro. A RioTur já selecionou, através de edital, uma empresa que captou recursos para realização dos Live Sites de Madureira e Boulevard Olímpico. Em relação aos Live Sites previstos para cidades do entorno e cidades do Futebol, a indicação é aguardar as negociações que estão em andamento com as respectivas prefeituras.

Para o Revezamento da Tocha, foi consolidado o Grupo Especial responsável pela governança do programa, sob coordenação da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SAF), com a participação da APO, da Casa Civil e da Secretaria de Governo da Presidência da República, do Ministério do Esporte, do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, do Ministério da Cultura, do Ministério do Turismo, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e do Comitê Rio 2016. O Grupo organizou, ao longo do segundo semestre, reuniões estaduais de integração e planejamento operacional com as prefeituras que receberão o revezamento e o governo de cada Estados. Foram realizadas reuniões em 14 estados com foco nas operações de segurança e de logística do evento.

Quanto ao programa de Voluntários do Comitê Rio 2016, a APO mantém contatos sistemáticos com a área funcional responsável no Comitê para acompanhamento do desenvolvimento das etapas preparativas do projeto. O programa está em processo de definição do escopo de atuação do voluntário. Foram enviadas, no final de novembro, as



cartas-convites para 50 mil voluntários. A APO também acompanhou o desempenho do programa nos eventos-teste, para os quais foram escalados centenas de voluntários para atuar neste semestre.

Capacitação

No decorrer das discussões do tema Capacitação, observou-se que outras questões relacionadas à força de trabalho também necessitavam de um acompanhamento e que extrapolavam especificamente o âmbito da capacitação. O acompanhamento da APO em relação à força de trabalho está dividida em quatro focos: mapeamento da oferta e da demanda de mão de obra; mobilização; recrutamento; e capacitação. Para tratar desse tema, foi criado o GT Empregabilidade, composto por representantes do SINE Municipal (SMTE), SINE Estadual (Setrab), Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, EOM, APO, Ministério do Trabalho e Previdência Social e Comitê Rio 2016. Devido às discussões realizadas por esse grupo, a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego encomendou um estudo para mapear a oferta e a demanda de mão de obra para os Jogos (previsão de entrega para fevereiro/2016). Este estudo embasará as ações de mobilização e recrutamento que serão realizadas em 2016 por esses órgãos.

Sustentabilidade

O Plano de Gestão da Sustentabilidade (PGS) dos Jogos estabelece a estratégia de sustentabilidade dos Jogos. O assunto é discutido no âmbito do Grupo de Trabalho Sustentabilidade, que é coordenado pela APO, com integrantes do Governo Federal (Ministérios do Meio Ambiente e do Esporte), do Governo Estadual, do Governo Municipal e do Comitê Rio 2016. A APO trabalha na atualização do PGS, integrando os projetos e finalizando a versão a ser entregue à governança dos Jogos. Realizou 11 (onze) reuniões no âmbito do GT Sustentabilidade.

A APO também participa do GT no âmbito do governo federal que trata do assunto e que é coordenado pelo MMA. Ocorreram 2 reuniões no segundo semestre de 2015.

Para integrar projetos e políticas públicas relacionados à qualidade das águas, o Comitê Rio2016 vem se reunindo com a APO, Casa Civil do Governo do Estado, INEA,





EOM, SEA, CEDAE, COMLURB, SMAC e RIO-AGUAS, debatendo e traçando ações operacionais em curso desde julho de 2014.

Olympic Games Impact (OGI) – Report

Os governos federal, estadual e municipal possuem o compromisso de fornecer dados para comporem as análises que serão feitas pelo Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção SAGE/COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e publicadas em quatro relatórios de impactos do Legado decorrente dos Jogos. A APO coordena o Subgrupo de trabalho OGI, que é ligado ao GT Sustentabilidade.

O segundo relatório foi finalizado no segundo semestre de 2015. A APO atuou na articulação das providências cabíveis aos três níveis de Governo para o fornecimento, validação e/ou correção dos dados necessários à composição desse documento.

Plano de Uso do Legado

Neste semestre, a APO deu continuidade aos trabalhos de consolidação do PUL, elaborando um sistema que contém as informações disponíveis sobre o legado das instalações contidas na Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio2016.

O Ministério do Esporte é responsável pela definição do plano de legado dos equipamentos esportivos federais. Essas informações deverão compor o Plano de Uso do Legado.

Dados Meteorológicos e Oceanográficos

A APO vem realizando o acompanhamento das questões referentes aos Dados Meteorológicos e coordena reuniões bimestrais sobre o tema com as oito instituições envolvidas no processo (INMET, CPTEC, INEA, SIMCOSTA, Alerta Rio, CHM, DECEA e SMAC). Além disso, coordena reuniões periódicas, específicas por cada escritório de meteorologia.

Neste semestre, para atender os eventos-teste, foram instaladas duas boias meteoceanográficas na Baía de Guanabara por meio do projeto de monitoramento da costa brasileira, SIMCOSTA, para coletar os dados oceanográficos necessários aos Jogos na precisão requerida pelo COI e pelas Federações Esportivas Internacionais. O





INMET lançou o sistema de Centralização dos Dados Meteorológicos, que integra os dados coletados por todas as instituições. O CPTEC implementou a modelagem numérica para a Baía de Guanabara e Copacabana.

Durante os eventos-teste, o CPTEC fez previsões remotas que atenderam ao Triatlo, Maratona Aquática, Ciclismo de Estrada e Hipismo. O INEA e o INMET atuaram presencialmente no escritório da Lagoa para o Remo e a Canoagem. O CHM e o CPTEC também atuaram presencialmente no escritório da Marina para a Vela. O INMET fez as previsões remotamente para os eventos-teste de Deodoro.

A APO acompanha as negociações entre o MCTI e as instituições pertinentes, públicas e privadas, para a instalação de estações meteorológicas nas áreas de Niterói, Barra da Tijuca e Lagoa.

Imigração e Credenciamento

A APO acompanha as ações referentes aos processos de credenciamento para os Jogos envolvendo ações entre o Comitê Rio 2016, a Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos do Ministério da Justiça (SESGE/MJ) e a ABIN.

Também acompanha o pleito do Rio 2016 para alteração da Lei do Ato Olímpico para antecipar o período de dispensa de visto aos estrangeiros vinculados à realização dos Jogos com o objetivo de oferecer maior prazo de entrada no país da força de trabalho que atuará no evento.

Segurança Pública, Defesa Nacional e Inteligência

A APO participa da busca de soluções oportunas, precisas e eficazes para as operações de segurança dos Jogos, em articulação com as instituições de Segurança Pública, Defesa Civil, Defesa Nacional e Inteligência, compondo um todo que permita a adequada operação interagências.

A integração das ações de planejamento da segurança dos Jogos se dá por meio dos diversos fóruns em andamento, com destaque para o Grupo de Trabalho Segurança, e, no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio2016 – COESRIO2016 –, do Grupo de Planejamento da Operação Integrada de Segurança da Instalação (Venue Integrated Security Operation – VISO).





Foram elaborados os planos estratégico, operacionais e táticos, bem como promovidas a harmonia e a articulação entre as ações de cada instituição. No período, foram concluídos Planos Integrados de Segurança e Ordenamento Urbano de instalações de competição, sob a responsabilidade do Governo Federal.

Esses planos foram experimentados e validados durante a realização dos eventos-teste, tendo sido verificado que o controle das ações integradas está muito bem ajustado entre os entes envolvidos.

Tributação e Aduana

A APO tem realizado contatos e reuniões bilaterais para acompanhar as ações realizadas pelo Comitê Rio 2016 e articular soluções para a concretização dos compromissos assumidos.

Os fluxos de cavalos e cães-guia foram estabelecidos entre os membros do Comitê Técnico de Operações Especiais e o fluxo dos procedimentos de entrada e saída de armas e munições está em fase de ajustes após realização de simulado em novembro de 2015. A ANVISA publicou resoluções que tratam de regras de controle sanitário sobre a importação de produtos, para uso exclusivo de delegações e comitivas credenciadas e regras de importação de amostras e kits de coleta destinados à realização de testes de controle de dopagem no país. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento publicou norma que trata de importação de equinos, com requisitos zoossanitários que poderão ser aplicados alternativamente àqueles previstos em normas anteriores.

A APO fez a intermediação dos entes para a elaboração da Lei 7.036/2015 e do respectivo Decreto Estadual, que tratam de incentivos fiscais. Acompanhou a tramitação no Congresso da MP 693, que trata da isenção de taxa de fiscalização de produtos controlados pelo Exército Brasileiro e de benefícios fiscais aos agentes distribuidores de energia elétrica.

Garantias

A APO acompanha, nos níveis federal, estadual e municipal, as discussões referentes à materialização das garantias e dos compromissos assumidos perante o Comitê Olímpico Internacional. O Comitê Rio 2016 preparou uma relação de solicitações





legislativas que, após avaliação, foram contempladas no Projeto de Lei 3.221/2015 encaminhado ao Congresso Nacional.

Fazem parte destas solicitações legislativas: 1) alterações na legislação de propriedade intelectual; 2) criminalização e combate ao cambismo; 3) regulamentação da venda dos ingressos; 4) antecipação dos prazos de credenciamento; 5) alteração do procedimento para produtos apreendidos, dentre outras.

Proteção às Marcas e Propriedade Intelectual

O grupo de discussão do qual a APO faz parte é coordenado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e pelo Comitê Rio 2016. Os trabalhos começaram no segundo semestre, com maior ênfase às questões operacionais relacionadas ao tema e a elaboração do Guia Operacional de Proteção às Marcas, que orienta a atuação das forças policiais na operação.

A APO mantém estreito relacionamento com a equipe de proteção às marcas do Comitê Rio 2016, a fim de acompanhar e auxiliar no cumprimento dos compromissos assumidos. Ressalte-se o acompanhamento do evento-teste de Ginástica a ser realizado em abril de 2016 pelo Comitê, que irá testar as diversas atividades relacionadas à operação de Proteção às Marcas.

A APO monitora os projetos abaixo, não incluídos na Matriz de Responsabilidades, realizando um acompanhamento das obras para avaliar eventuais impactos na operação dos Jogos:

Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem LBCD – LADETEC

A evolução das obras e da preparação associada à utilização do LADETEC como instalação destinada à realização dos testes de controle de dopagem é acompanhada pela APO.

A WADA (Agência Mundial Antidoping) reavalia anualmente as creditações concedidas aos laboratórios. Dessa forma, a APO continua acompanhando as diversas ações referentes à preparação do Laboratório, auxiliando no planejamento e contribuindo para a celeridade dos procedimentos referentes à importação dos padrões de comparação e das amostras biológicas que serão utilizados nas análises.





A APO também participa da força-tarefa criada pelo Comitê Olímpico Internacional com representantes da WADA, do Comitê Rio 2016 e da ABCD (Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem), que tem a finalidade de discutir as ações e responsabilidades referentes ao Controle de Dopagem durante os Jogos e eventos-teste.

BRT

Os projetos relacionados ao BRT compreendem três sistemas: o BRT Transbrasil (ligação entre o centro da cidade e Deodoro), o BRT Transolímpica (ligação entre a Barra e Deodoro) e o BRT TransOeste trecho “0” (ligação entre o terminal Alvorada e a estação integradora do Metrô da Linha 4). As obras têm previsão de entrega conjunta em junho de 2016. A APO acompanhou o projeto, durante o segundo semestre de 2015, por meio de relatórios periódicos e das reuniões entre o COI e os entes públicos.

Metrô

As obras do metrô são acompanhadas por meio de informes periódicos de evolução da obra, além de participação nas reuniões entre COI e entes públicos, e visitas técnicas. Segundo o cronograma integrado de setembro de 2015, a Operação Assistida/Comercial está prevista para julho de 2016. O Governo do Estado prevê que o trecho Ipanema-Barra da Linha 4 do metrô será inaugurado em julho de 2016.

O acordo entre governo estadual e Prefeitura do Rio para a construção da estação de integração Jardim Oceânico e BRT foi assinado e publicado no Diário Oficial da PCRJ em julho de 2015.

O município, responsável pelo Plano Operacional de Transporte e Tráfego da cidade, contratou estudo para elaboração de cenários emergenciais com a proposição de soluções para atender os níveis de serviço acordados com o Comitê Olímpico Internacional e Comitê Paralímpico Internacional.

Viaduto das Bandeiras

A APO realizou visita técnica à obra durante o segundo semestre de 2015. O Viaduto das Bandeiras contempla a ampliação da conexão entre Barra e Zona Sul, com



os novos viaduto de São Conrado, Túnel do Pepino, Elevado do Joá, Túnel do Joá, Ponte da Joatinga e ciclovia. O cronograma executivo, de setembro de 2015, apresenta a conclusão da obra para março de 2016. A obra acontece em sete frentes, sendo que a mais adiantada é a do Viaduto de São Conrado.

Porto

A APO acompanha o planejamento da hospedagem alternativa em navios de cruzeiros, que envolve as obras de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário para esses navios, e o fluxo de entrada e saída de pessoas e equipamentos. A atuação é feita em conjunto com a Marinha do Brasil, Receita Federal, Polícia Federal e demais organismos envolvidos na área de proteção alfandegária.

Aeroportos

A APO acompanha reuniões para tratar do controle de entrada e saída de pessoas e equipamentos durante os Jogos. Também acompanha a evolução das obras nos aeroportos para garantir as instalações necessárias aos controles que serão feitos.

O Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE) elaborou o Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil – Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, que define normas, procedimentos e fluxos de gestão e operação para áreas como Segurança e Defesa, Recursos Humanos e Treinamento, Melhorias de Conforto, Acessibilidade, Gerenciamento de Infraestrutura e Capacidade.

A modernização do aeroporto do Galeão tem previsão de conclusão para abril de 2016. Nos aeroportos de Brasília e Guarulhos, as obras de grande porte mais importantes já foram concluídas. As obras de modernização nos aeroportos da INFRAERO estão em curso.

Acessibilidade

O foco do acompanhamento da APO está relacionado à consolidação das rotas acessíveis, cujos pontos mais relevantes são: a infraestrutura de mobilidade existente e em desenvolvimento para os Jogos, as instalações esportivas, e o caminho do espectador.



A APO participa dos diversos fóruns que tratam da acessibilidade para os Jogos: Grupo de Integração de Acessibilidade (GIA), coordenado pelo Comitê Rio 2016; Grupo de Acessibilidade, coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos /PR; Força-tarefa de Aeroportos, liderada pela Casa Civil/PR; e Subcomitê de Acessibilidade do CTOE/CONAERO. Também participa das reuniões regulares de monitoramento do COI e IPC sobre o tema.

Mobilidade nas Zonas Olímpicas

O planejamento da mobilidade nas Zonas Olímpicas foi acompanhado nas reuniões do Comitê Rio 2016 e do COI com os entes públicos, particularmente com a Casa Civil do governo estadual e com a Empresa Olímpica Municipal (EOM).

Foram iniciadas as obras de renovação e acessibilidade nas estações ferroviárias olímpicas de São Cristóvão, Engenho de Dentro, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque. Madureira, que é uma importante estação da Supervia, embora não classificada como olímpica, também foi incluída nas reformas, principalmente na parte de melhoria de acessibilidade.

Já foram adquiridos 34 trens para a revitalização do sistema ferroviário. Na Zona Olímpica de Deodoro/Vila Militar, foram iniciadas as obras da pista de rolamento do BRT, na conexão da Transolímpica. Foi iniciada também a construção das estações BRT da Vila Militar e de Magalhães Bastos.

A APO faz o acompanhamento das questões de mobilidade na busca de soluções para eventuais impasses.

I. Divulgação Institucional

O segundo semestre de 2015 foi um período de projeção institucional nas diferentes mídias. Os principais jornais, revistas, canais de televisão e rádios do Brasil e do exterior buscaram a Autoridade Pública Olímpica (APO) para repercutir assuntos relacionados à preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Esses contatos são uma demonstração de que a instituição se consolidou como porta-voz da





organização do evento, o que também ficou evidente, por exemplo, com o convite feito pelo jornal Folha de S. Paulo para contribuir com um artigo na editoria de Opinião sobre a gestão dos Jogos e a publicação de outro texto no jornal O Globo sobre o legado paraolímpico.

A equipe de Comunicação da APO continuou com a tarefa de atendimento à mídia e preparação de material de divulgação das ações institucionais no site (www.apo.gov.br) e redes sociais (Facebook, Twitter, Flickr, YouTube, Instagram). Além disso, assessorou o presidente em exercício, Marcelo Pedroso, em entrevistas individuais e coletivas, e em eventos com a presença da imprensa, como a cerimônia de lançamento da tocha olímpica e o seminário “Ano Olímpico para o Turismo”, ambos com a presença da presidente Dilma Rousseff e demais autoridades do governo brasileiro, em Brasília.

Também acompanhou e divulgou visitas institucionais, com destaque para parlamentares do Japão, país que sediará os Jogos de 2020, e fizeram contato com a APO para conhecer a preparação dos Jogos no Brasil.

No início do mês de julho, a Comunicação preparou e acompanhou a primeira visita da empresária Luiza Trajano à sede da APO após sua nomeação ao cargo de presidente do Conselho Público Olímpico (CPO). Trajano conheceu o sistema de monitoramento das obras e serviços desenvolvido pela APO para os Jogos Rio 2016, uma ferramenta de informações que auxilia em importantes tomadas de decisão.

Ainda em julho, a Comunicação organizou o material de divulgação dos entes governamentais sobre os Jogos Rio 2016 para ser apresentado em Toronto, na ocasião da abertura dos Jogos Pan-Americanos. O presidente da APO, acompanhado pela Assessoria de Comunicação, participou da cerimônia de abertura do evento e apresentou os Jogos Rio 2016 a autoridades do Ministério do Esporte do Canadá. Ao lado de representantes do governo brasileiro, concedeu entrevista coletiva no Centro de Mídia do Pan Toronto 2015, onde fez um balanço da preparação dos Jogos de 2016 a jornalistas estrangeiros, o que ajudou a disseminar ainda mais o conhecimento sobre a capacidade de planejamento do Brasil em relação a grandes eventos.

No fim do mês, a equipe de Comunicação recebeu na sede da APO, no Rio de Janeiro, os assessores de imprensa dos onze ministérios que compõem o Geolimpíadas para mostrar o sistema de informações da APO. Foi uma oportunidade para apresentar os assessores dos ministérios de Brasília aos assessores da prefeitura, da Empresa Olímpica Municipal, do governo do estado do Rio e do Comitê Rio 2016, e estimular a



integração dos profissionais da área. A visita à cidade-sede dos Jogos, organizada pela Comunicação da APO, incluiu ainda uma ida ao Parque Olímpico da Barra e ao Complexo Esportivo de Deodoro para os assessores de Brasília conhecerem de perto as instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas.

A agenda de agosto também foi intensa. O mês começou com as atividades relacionadas ao marco de “um ano para os Jogos”. A Comunicação assessorou e acompanhou o presidente da APO em atividades e entrevistas para falar da organização do evento. A presença do Comitê Olímpico Internacional (COI) para a nona reunião da Comissão de Coordenação (CoCom) foi outro destaque de agosto que teve o acompanhamento da Comunicação da APO. A declaração da presidente da Comissão, Nawal El Moutawakel, sobre os avanços na preparação do evento e o destaque à integração dos entes foi o ponto alto da entrevista coletiva após o encontro.

Com a agenda movimentada, a divulgação da terceira atualização da Matriz de Responsabilidades foi feita no dia 21 de agosto. O documento foi disponibilizado no site da APO e o presidente recebeu jornalistas para prestar esclarecimentos e contribuir com a transparência das informações sobre a organização dos Jogos. Com 96% dos projetos com valores e prazos definidos, a Matriz foi o assunto mais buscado nas redes sociais da APO no segundo semestre.

A prestação de contas para a sociedade tem sido objeto de constante atenção da APO. Tanto que o presidente compareceu pela terceira vez em um ano à Câmara dos Deputados, em Brasília, para falar da organização dos Jogos. No segundo semestre de 2015, foi a vez da Comissão do Esporte promover audiência pública para discutir a despoluição da Baía de Guanabara e avaliar as condições da água para o evento-teste de vela e para as provas olímpicas. A Comunicação preparou apresentação sobre o tema e assessorou o presidente no contato com jornalistas após a reunião.

Os eventos-teste iniciados no fim do primeiro semestre demonstraram que a organização dos Jogos está no caminho certo. A APO acompanha todos os eventos-teste e teve destaque na mídia com a coordenação da área de meteorologia nos eventos de remo e vela, após trabalho de divulgação feito pela equipe de Comunicação na segunda metade do ano.

Para manter a relação construtiva com a imprensa e a postura de abertura de informações, a Comunicação organizou um encontro de fim de ano do presidente da APO com jornalistas nacionais e estrangeiros. Assim como foi feito no fim de 2014, o objetivo





foi realizar um balanço das atividades institucionais feitas ao longo de 2015 e apontar os desafios para 2016, o ano dos Jogos.

O evento contou com a presença de editores e repórteres dos principais veículos de comunicação nacionais e estrangeiros, como TV Globo, Record, O Globo, Valor, UOL, Agência Brasil, CBN, Reuters e Bloomberg, além dos assessores de imprensa dos entes governamentais e do Comitê Rio 2016. Foi mais uma oportunidade para a APO dar a sua contribuição no planejamento dos Jogos e mostrar a capacidade do Brasil de organizar e entregar o maior evento esportivo do mundo.





2

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA





O Contrato de Rateio é o instrumento por meio do qual os entes consorciados fazem os repasses de recursos à APO.

Em dezembro de 2015, o Contrato de Rateio foi firmado no valor total de R\$ 24.603.217,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e três mil, duzentos e dezessete reais), cabendo a cada consorciado os seguintes valores:

- a) União: R\$ 24.583.267,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais);
- b) Estado: R\$ 18.950,00 (dezoito mil, novecentos e cinquenta reais);
- c) Município: R\$ 1.000,00 (mil reais);

Para a manutenção das atividades da APO, os recursos executados em 2015 foram aqueles apurados no superávit registrado em 2014 e o orçamento aprovado pelo Conselho Público Olímpico no mesmo ano para 2015, por intermédio da Resolução nº. 13/2014, publicada no sítio da APO, com o valor total de R\$ 46.892.330,40 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e quarenta centavos), discriminado da seguinte forma:

- a) R\$ 20.603.119,32 (vinte milhões, seiscentos e três mil, cento e dezenove reais e trinta e dois centavos), para pagamento de pessoal e
- b) R\$ 26.289.211,08 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e onze reais e oito centavos) para as demais despesas da autarquia.

Em dezembro de 2015, foi aprovado pela Diretoria Executiva da autarquia um crédito suplementar no valor de R\$ 1.756.364,47 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), conforme Resolução nº 13, de 11/12/2015, publicado no Boletim de Serviço Especial de 14/12/2015 visando ao ressarcimento de despesas com pessoal requisitado. A fonte originária desses recursos foi o superávit de exercício anterior, apurado em balanço patrimonial.

A execução orçamentário-financeira referente ao exercício de 2015 totalizou o valor de R\$ 29.379.526,98 (vinte e nove milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos), como demonstrado a seguir::





AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA							
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2015							
DESPESAS REALIZADAS – Em Reais 1,0							
DESCRIÇÃO							
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
DIÁRIAS	22.382,89	16.421,44	39.984,56	36.394,45	14.915,77	29.820,66	159.919,77
MATERIAL DE CONSUMO	1.921,00	2.885,82	12.221,83	10.036,87	2.157,49	3.625,40	32.848,41
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	122.742,02	110.407,24	33.002,42	148.491,41	109.744,79	87.434,03	611.821,91
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – JETONS	-	-	13.200,00	6.600,00	6.600,00	13.200,00	39.600,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	108.496,25	136.662,55	93.788,73	119.949,26	260.470,72	127.624,78	846.992,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	194.537,91	139.772,39	157.744,97	153.096,90	168.054,25	137.341,29	950.547,71
AUXÍLIOS – ALIMENTAÇÃO	41.401,26	36.582,04	23.521,73	29.320,88	29.320,88	30.456,30	154.021,05
TOTAL CUSTEIO	491.481,33	406.149,44	373.464,24	503.889,77	591.263,90	429.502,46	2.795.751,14
DESCRIÇÃO							
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	337.558,82	34.888,00	549.954,26	-	-	-	922.401,08
TOTAL INVESTIMENTO	337.558,82	34.888,00	549.954,26	-	-	-	922.401,08
DESCRIÇÃO							
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	1.379.130,79	1.304.456,13	1.289.105,25	1.215.669,27	1.151.628,35	1.494.155,07	7.834.144,86
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	166.320,05	163.564,33	160.076,67	151.512,52	153.244,38	150.244,38	944.962,33
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	343.238,98	328.857,43	728.017,34	17.564,03	457.003,84	369.281,68	2.243.963,30
TOTAL DA FOLHA + ENCARGOS	1.888.689,82	1.796.877,89	2.177.199,26	1.384.745,82	1.761.876,57	2.013.681,13	11.023.070,49
TOTAL GERAL DO 1º SEMESTRE	2.717.729,97	2.237.915,33	3.100.617,76	1.888.635,59	2.353.140,47	2.443.183,59	14.741.222,71



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA							
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2º SEMESTRE DE 2015							
DESPESAS REALIZADAS – Em Reais 1,0							
DESCRIÇÃO							
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
DIÁRIAS	34.230,85	20.792,15	32.120,75	6.127,91	11.598,47	4.755,66	109.625,79
MATERIAL DE CONSUMO	2.711,80	10.190,13	0	4.631,69	0	3.586,00	21.119,62
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	122.407,13	146.989,23	89.555,92	135.536,07	93.626,44	93.778,97	681.893,76
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – JETONS	6.600,00	6.600,00	7.703,90	6.600,00	13.200,00	11.022,20	51.726,10
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	141.373,76	105.391,94	173.305,65	160.963,80	298.166,24	249.459,44	1.128.660,83
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	141.756,48	169.545,58	145.293,10	184.988,92	125.811,00	185.534,32	952.929,40
TOTAL CUSTEIO	449.080,02	459.509,03	447.979,32	498.848,39	542.402,15	548.136,59	2.945.955,50
DESCRIÇÃO							
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	509,6	9.120,00	0	0	10.945,99	0	20.575,59
TOTAL INVESTIMENTO	509,6	9.120,00	0	0	10.945,99	0	20.575,59
DESCRIÇÃO							
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	1.139.929,83	1.186.775,30	1.159.992,37	1.210.930,13	1.811.742,55	1.520.299,65	8.029.669,83
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	154.284,38	156.844,38	159.844,38	166.444,38	166.445,18	282.540,55	1.086.403,25
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	355.378,53	378.074,48	394.809,49	391.515,07	375.093,87	421.017,26	2.315.888,70
AUXÍLIOS + ALIMENTAÇÃO + TRANSPORTE	33.301,84	32.873,73	32.792,73	33.674,36	33.570,40	37.083,40	203.296,46
TOTAL DA FOLHA + ENCARGOS	1.682.894,58	1.754.567,89	1.747.438,97	1.802.563,94	2.386.852,00	2.260.940,86	11.635.258,24
TOTAL GERAL DO 2º SEMESTRE	2.132.484,20	2.223.196,92	2.195.418,29	2.301.412,33	2.940.200,14	2.809.077,45	14.601.789,33





3

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE





A. Matriz de Responsabilidades dos Jogos e Carteira de Projetos Olímpicos

A terceira atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, realizada no início do segundo semestre de 2015, confirmou que os projetos estão encaminhados e dentro do prazo para garantir as competições em 2016. A Matriz é elaborada pela APO, em parceria com os entes governamentais, e engloba os compromissos associados exclusivamente à organização e realização dos Jogos.

No documento apresentado em agosto, elaborado em parceria com governo federal, estadual e prefeitura do Rio, estão incluídos 46 projetos, dos quais 44 (96%) com contrato assinado e obras encaminhadas. Importantes obras foram concluídas até aquela data, como as redes de água, luz e esgoto e de energia elétrica do Parque Olímpico da Barra, além da linha de alimentação de energia do campo de golfe.

Investimentos somam R\$ 6,67 bilhões, sendo que a maior parte (64%) continua sendo financiada pelo setor privado. Os projetos que ainda não foram licitados são de curto prazo de execução, com licitação programada para data mais próxima ao evento.

A próxima atualização dos documentos está programada para janeiro de 2016.





4

CONSIDERAÇÕES FINAIS





A Autoridade Pública Olímpica registrou avanços significativos na preparação dos Jogos Rio 2016 ao longo do segundo semestre de 2015. Os novos desafios levaram a estudos para a realização de mudanças internas na estrutura da instituição, com foco na operação do evento.

O trabalho intenso de interlocução com os entes contribuiu para que os projetos que demandaram atenção especial no primeiro semestre deslanchassem na segunda metade do ano. A série de 44 eventos-teste iniciada no período consolidou a mudança da fase do planejamento para a operação e mostrou que a organização do evento está no caminho certo. A atenção passou para o planejamento dos serviços que atuarão nos Jogos, como a segurança, que concluiu seu plano estratégico integrado, com o acompanhamento da APO.

O compromisso com a transparência das informações manteve-se como uma das prioridades da instituição e foi reconhecido pelos órgãos de fiscalização e controle externo, sempre atentos para a construção de uma gestão adequada dos recursos públicos.

A APO está preparada para entrar no ano dos Jogos e contribuir com os ajustes necessários para a realização de um evento de qualidade para atletas, com um legado de benefícios para a população. A experiência inédita do modelo de gestão tripartite mostra que, mesmo com novos desafios pela frente, o processo de construção do maior evento do planeta continuará passando pela integração. A união de esforços dos organizadores e o apoio de todos os brasileiros são fundamentais para garantir o sucesso dos Jogos em 2016.





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 10/2016/CMO

Brasília, 22 de março de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicitação de autuação do Ofício nº 048/2016/PRESI-APO de 14/03/2016, referente ao relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO do segundo semestre de 2015.**

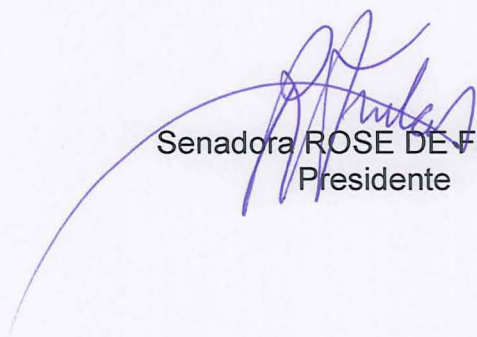
Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Autoridade Pública Olímpica - APO, em obediência ao estabelecido pelo art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, encaminhou a esta Presidência, através do Ofício nº 048/2016/PRESI-APO de 14/03/2016, o Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no segundo semestre de 2015.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, os originais do **Ofício nº 048/2016/PRESI-APO de 14/03/2016**, referente ao relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Câmara dos Deputados - Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II)

Ala - Sala 08 - Térreo - 70.160-900 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6892 - 3216-6893 - Fax: (61) 3216-6905

www.camara.leg.br/cmo

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)